

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
13   09   2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	1		

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 80ª  
(OCTOGÉSIMA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 13 DE SETEMBRO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.  
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.  
Convido a Deputado Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.  
Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

São lidas e aprovadas as seguintes:

- Ata da 75ª Sessão Ordinária.
- Ata da 76ª Sessão Ordinária.

Não se verificando o *quorum* para os inícios dos trabalhos, conforme o disposto no art. 109 § 4º do Regimento Interno, declaro suspensa a sessão por até trinta minutos, deixando claro que estão em plenário neste momento o Deputado Chico Vigilante e a Deputada Telma Rufino. Faltam mais quatro para a abertura da sessão.

(Suspensa às 15h01min, a sessão é reaberta às 15h22min.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13   09   2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	2

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o meu pronunciamento hoje à tarde trata de fazer uma defesa, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Cláudio Abrantes, Deputado Chico Vigilante, uma defesa dos condomínios do Grande Colorado, em Sobradinho.

No decorrer deste segundo semestre, participei de duas reuniões com as lideranças dos condomínios do Grande Colorado: Contagem e Boa vista, em Sobradinho. A última foi ao lado do Governador do Distrito Federal.

Hoje venho a esta tribuna para fazer um breve relato das dificuldades vividas por milhares de famílias daqueles setores, que compraram os seus terrenos de boa-fé, custearam sem a ajuda do Estado toda a infraestrutura e hoje são colocadas à margem de todo o processo de regularização.

Um dos temas defendidos pelos moradores diz respeito à regularização dos muros e portarias dos condomínios, assunto esse que já foi tema de discussão nesta Casa por diversas vezes, assunto que já mereceu debate em seminários e em audiências públicas com autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Em 2012, uma proposta minha e da ex-Deputada Eliana Pedrosa, na forma de projeto de lei, chegou a ser analisada em Comissões, mas, infelizmente, não vingou, assim como não vingaram outras leis aqui aprovadas, seja por vício de origem, seja porque não querem ver um assunto tão importante solucionado.

Algum tempo atrás, Deputado Chico Vigilante, eu já falei, desta tribuna, da importância que os condomínios têm para Brasília. Hoje volto a esse tema e vou reafirmar, pois estou convicto, que houve uma grande contribuição desses residenciais com toda a sociedade ao evitar a favelização do centro de Brasília. Sabemos quanto custa pacificar uma favela, como acontece em vários locais de outras capitais do País.

Volto a repetir: com o crescimento vertiginoso da população, o governo sozinho não tem condições de oferecer segurança. Por isso mesmo, não tem sentido querer acabar com algo que, para o Estado, não tem custo nenhum, como é o modelo de condomínio fechado e que, ainda por cima, gera muitos empregos.

Até onde percebo, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ao longo de todos esses anos, autoridades, moradores, síndicos e presidentes de associações são unânimes em defender a manutenção dos muros e portarias dos condomínios,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13	09	2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	
				3	

principalmente pela questão da segurança. Os condomínios existem. Ponto. Os condomínios são hoje uma realidade, não somente no Distrito Federal, mas em todo o País, e fora daqui. Cabe às autoridades regulamentarem uma situação existente há mais de três décadas.

Demorou para o governo entender a importância dos condomínios fechados, inclusive para a geração de emprego, custeio com limpeza pública, manutenção de lâmpadas, energia elétrica, segurança, etc. O governo deixa de gastar e pode, com isso, investir em áreas mais necessitadas. Há que se fazer, na verdade, uma parceria com essas pessoas.

Na defesa da regularização no formato de condomínios fechados, uma realidade mundial, como já citei, já temos legislação que permite essa modalidade. Temos, por exemplo, a Lei Federal nº 5.591, de 1964, que admite a instituição de condomínios de casas, com vias internas para circulação. Temos agora, sancionada recentemente e em pleno vigor, a Lei Federal nº 13.465, que, além de traçar normas para a regularização fundiária, acrescentou na Lei nº 6.766, de 1979, a modalidade de condomínio de lotes, acabando de vez com as discussões jurídicas a respeito da sua existência legal.

Mais uma vez, repito que o crescimento populacional das cidades demanda um maior número de unidades habitacionais. Sempre tivemos uma política habitacional voltada para os mais carentes, esquecendo o Estado de uma política que viesse beneficiar a classe média. Os condomínios vieram justamente para atender essa demanda. Está certo que surgiram de forma irregular, mas por falta também de uma fiscalização mais presente do Estado. Os preços das unidades imobiliárias vendidas pela Terracap são inviáveis para a maioria da população. No entanto, sou enfático em dizer que, se tudo tivesse sido feito conforme prevê a legislação, os preços seriam outros, fora da realidade de muita gente, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Talvez de mais da metade de quem hoje vive em condomínios. Não estou aqui defendendo irregularidades, apenas fazendo uma constatação.

No sábado, Deputado Lira, observamos como estão constituídos os condomínios fechados hoje. Observamos crianças livres, brincando em belíssimas áreas de lazer, com segurança, enquanto seus pais estão, tranquilamente, em casa ou no trabalho. O controle na entrada dos residenciais leva a essa vida mais bucólica, tranquila e de segurança. Durante a reunião no sábado, Presidente Deputado Joe Valle, alguém disse: "Não somos um feudo. Somos um oásis, um oásis de tranquilidade, de segurança". Eu estou de pleno acordo com o pensamento dos moradores. Os moradores querem que os condomínios que nasceram fechados permaneçam fechados.

É preciso que o Estado viabilize um projeto, ou um decreto, com base na nova Lei Federal nº 13.465, sancionada pelo Presidente da República no início do mês passado. Como os próprios síndicos citaram na reunião, eles não estão propondo pegar uma quadra no Plano Piloto e fechar. Não, são residenciais que já nasceram assim, que são fechados há mais de trinta anos. Eles só querem

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13	09	2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	
				4	

regularizar a situação existente e ser registrados em cartório dessa maneira. Têm todo o meu apoio, porque eles são modelos.

Quero aproveitar para lembrar, especificamente àqueles que estão localizados em Sobradinho, na antiga Fazenda Paranoazinho, que lutamos em defesa da legalidade, com base na legislação vigente em nosso País e em nosso Estado; e que as legislações são feitas para atender a população e não um grupo de minoria, um indivíduo ou um interesse qualquer. Portanto, de acordo com a necessidade da população, as leis mudam.

Na antiga Fazenda Paranoazinho, área particular, hoje existem implantados, Deputado Chico Vigilante, 54 parcelamentos irregulares, e a maioria deles na modalidade de condomínio fechado, há mais de 30 anos, onde reside uma população aproximada de 100 mil pessoas. Cada uma dessas famílias comprou seu terreno e pagou. Numa parte desses condomínios, a mesma pessoa que vendeu para os moradores, e tem o compromisso com a implantação de infraestrutura e regularização, tempos depois, vendeu para outro. Isso é uma denúncia muito séria feita pelos moradores!

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, eu quero parabenizá-lo por este pronunciamento. V.Exa. traz um tema extremamente oportuno para esta Casa. Assim como V.Exa., eu também já estive com os moradores e presenciei tudo o que V.Exa. está falando aí. V.Exa. está coberto de razão.

Especificamente nesse setor, como V.Exa. já trouxe em seu pronunciamento, há um caso muito extravagante sobre o qual a Câmara precisa se posicionar, que é esta relação com a Urbanizadora Paranoazinho. Esta frase que V.Exa. disse, que os condomínios são feudos, por incrível que pareça saiu de dentro da Secretaria de Habitação.

Então, fico mais feliz ainda por ver o Líder do Governo trazendo esse tema para cá, porque é sinal que teremos um canal de interlocução com o governo, pois, até o momento, V.Exa. sabe disso, os moradores pouco foram ouvidos pelo Executivo, tanto é que recorreram a V.Exa., ao Deputado Raimundo Ribeiro, à Deputada Celina Leão, a mim, e a outros Deputados que já estiveram lá.

Então, é importante que esta Casa, capitaneada por V.Exa., que é Líder do Governo e que tem todo o acesso ao Governador e ao Secretários, especificamente de habitação e de meio ambiente, construa uma saída para esses moradores. Porque lá, além de tudo, Deputado Agaciel Maia, V.Exa. conhece bem isso, sabe disso, a eliminação do condomínio gera uma obrigação gigantesca para o Estado. Nós estamos falando, V.Exa. colocou muito bem, de 54 condomínios. Esses 54 condomínios, caso se tornem loteamentos, geram obrigação do governo para a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13	09	2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	
				5	

segurança, não só a segurança, mas a limpeza interna, a parte do SLU. Tudo isso deve ser computado nesse custo.

O que nós estamos vendo é uma situação a qual eu não quero me antecipar do ponto de vista jurídico, mas moralmente é muito questionável. Uma empresa chega, a essa altura do campeonato, e, com uma força absurda, quer retirar moradores que estão lá há vinte, trinta anos, quando nem o Estado faz isso! E nós sabemos, todos aqui sabem que não existe, por exemplo, usucapião com bem público. O Estado é sensível a isso e hoje faz um processo de regularização de áreas públicas. Lá é área particular e aí nós vemos uma empresa chegar nas pessoas que estão lá há mais de trinta anos e querer tomar sua moradia, ou até, Deputado Agaciel Maia, constrangê-los. Eu tive oportunidade de ver placas imensas, placas não, *outdoors*, colocados lá: "Este imóvel está sob alienação, está *sub judice*.", constrangendo o morador que ali está.

São situações tantas que quero, mais uma vez, elogiar V.Exa., porque a Câmara precisa se posicionar. É importante, volto a dizer, que o braço do governo na Câmara, a Liderança, esteja atento e fazendo esse pronunciamento, porque nós vamos precisar, sim, da Secretaria de Habitação, da Secretaria do Meio Ambiente e, principalmente, vamos precisar que o governo tome uma atitude em relação a essas situações que estão acontecendo nessa região do Grande Colorado, Boa Vista e Contagem.

Obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Repito que esta é uma denúncia muito séria feita pelos moradores. Ficamos sabendo na reunião, Deputado Cláudio Abrantes, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que a mesma área foi vendida pela segunda vez para um grupo paulista que comprou, pagou e registrou as terras. Uma área que já possuía os condomínios implantados, os projetos urbanísticos e ambientais, os estudos de impacto ambiental, as melhorias de infraestrutura; tudo custeado pelos moradores.

Para nossa surpresa, chegam os novos donos, agora uma empresa, e afastam os moradores de todo o processo. Para eles, querem vender novamente a mesma terra. Ora, não posso concordar que isso seja correto. Acho que a luta dessas famílias é legítima e elas poderão contar comigo e com grande parte dos Deputados que estão aqui presentes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu quero, em primeiro lugar, Deputado Agaciel Maia, parabenizar V.Exa. pelo tema que traz na tarde hoje. Eu fui procurado por moradores que estão sendo achacados por essa Urbanizadora Paranoazinho. Eu digo, Deputado Agaciel Maia, que é um crime o que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13	09	2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	
				6	

está sendo praticado. Afinal de contas, esta aqui é a Capital da República. Portanto, eu acho que o Governo do Distrito Federal precisa se posicionar de maneira muito dura.

O que esses elementos – não dá para chamá-los de cidadãos, porque não são – fizeram? Venderam o terreno, as pessoas compraram e pagaram, proporcionaram ali infraestrutura e, agora, estão cobrando de novo; e na base, Deputado Agaciel Maia, do jagunço. Coisas que a gente só tinha notícias por aquelas longínquas terras do interior do Pará e do Amazonas. Lá no Rio Grande do Norte de V.Exa. não tem mais essa prática; no meu Maranhão, também não. A gente tem notícias desse tipo de coisa no Pará e no Amazonas.

Isso, Deputado Agaciel Maia, é grilagem. Os órgãos do Distrito Federal precisam tomar providências. Eu quero parabenizar V.Exa. e me colocar à disposição para fazermos esse enfrentamento e salvarmos aqueles moradores das garras desses exploradores.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço o pronunciamento do nobre Deputado Chico Vigilante e o incorporo ao meu.

Sras. e Srs. Deputados, como Líder do Governo, levei o assunto ao governo para que pudéssemos abrir uma discussão em torno do assunto e ajudar os moradores a voltarem a participar do processo; afinal, eles são os principais interessados e não podem ficar à revelia. Eles não precisam de intermediários. Tem que acabar com as ameaças aos moradores, sejam elas veladas ou não; tem que acabar com o assédio moral sobre os moradores.

Como é possível, de repente, Deputado Joe Valle, alguém, ao abrir a porta de sua casa, deparar-se com uma placa de três metros, dizendo que aquele lote não é seu? Isso é um absurdo. Essas pessoas não são invasoras. Elas pagaram por seus terrenos e, só pelo tempo que estão ali, já são proprietárias legítimas de 50%, pois possuem a posse. Sou a favor de que continuem com o processo de usucapião. É uma luta legítima e confio que vão sair vencedores.

A exclusão dos moradores do processo de regularização resultou na desconstituição de dez casas e de mais quarenta, parcialmente, no Condomínio Colorado Ville. São cinquenta famílias prejudicadas, Deputado Lira, sem saber a quem recorrer. E não são famílias que chegaram lá agora. São famílias que estão lá há muitos anos, que construíram sonhos e um teto para se abrigar. Isso não pode acontecer apenas para atender aos objetivos urbanísticos da especulação imobiliária. Essas pessoas precisam ser assistidas.

Antes de finalizar, quero ressaltar que, durante a reunião com lideranças do Grande Colorado, Contagem e Boa Vista, o Governador Rollemberg deixou claro o Decreto nº 38.433, criando um grupo de trabalho que irá proceder a um estudo da Lei Federal nº 13.465, recentemente promulgada pelo Presidente da República, que está em vigor, para que seja feita a regulamentação no âmbito do Distrito Federal. Entre as finalidades do grupo de trabalho está a de estabelecer a modalidade da

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13	09	2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	
				7	

regularização, o que significa um estudo para aprovação dos projetos e registro em cartório no formato de condomínio fechado.

Como o decreto deixa em aberto a possibilidade de convidar especialistas nas temáticas para participarem das reuniões do grupo de trabalho, as lideranças do Grande Colorado, Contagem e Boa Vista, pela Associação de Moradores, a AMGC, me encaminharam um ofício indicando uma especialista que irei encaminhar para o responsável do grupo. Isso é muito importante, Deputado Joe Valle.

Tivemos o comprometimento, Deputado Cláudio Abrantes, do Governador de que, com um documento formal sobre toda a questão aqui abordada e, após análise da Procuradoria, o Estado pode suspender o processo administrativo dos condomínios do bairro, inclusive o decreto do Solar de Athenas, como solicitam os moradores.

O Governador Rodrigo Rollemberg deixou claro que os moradores têm direito a qualquer documento público. A alegação era que Secretarias do governo não estavam dando aos moradores acesso à documentação. E sempre que preciso podem solicitar vistas dos projetos de regularização. E que, quanto às duas partes da questão, de um lado os moradores e do outro a empresa, se não houver um entendimento, ele próprio, Governador, irá intermediar o assunto.

Assim como acatou minha sugestão de trabalhar junto com a Procuradoria do Distrito Federal para analisar as situações dos condomínios da antiga Fazenda Paranoazinho, se for preciso, ele mesmo, por meio da Procuradoria, irá encaminhar o assunto e denúncias ao Ministério Público.

O Governador também deixou claro, Deputado Raimundo Ribeiro – V.Exa. é morador dos condomínios – que não pretende ter nenhuma atitude de derrubar muros e portarias de condomínios. Ele assumiu esse compromisso na frente de todos os síndicos. Ninguém vai derrubar muros e portarias dos condomínios do Grande Colorado.

Atendendo solicitação dos moradores e do Presidente da Associação do Grande Colorado – AMGC, Carlos Cardoso, estou protocolando uma indicação nesta Casa, em conjunto com os Deputados Raimundo Ribeiro, Wellington Luiz e Celina Leão, solicitando que seja cancelado, Deputado Cláudio Abrantes. Eu convido V.Exas., se quiserem assinar, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Joe Valle, Deputada Luzia de Paula, Deputado Lira e Deputado Chico Vigilante. Convido V.Exas., se quiserem, a assinarem comigo uma indicação – em conjunto com a Deputada Celina Leão, o Deputado Raimundo Ribeiro e o Deputado Wellington Luiz – nesta Casa para solicitar que seja cancelado o decreto – aprovado em dezembro de 2014, no final, no apagar das luzes – do Solar de Athenas como loteamento aberto. Loteamento aberto sem muro e portaria. Não é isso que os moradores querem.

Sobre esse assunto, o Governador do Distrito Federal já ouviu a solicitação das próprias lideranças. Eu próprio tomei a liberdade, Deputado Raimundo Ribeiro, em conjunto com V.Exa., com o Deputado Wellington Luiz... Parece estranho uma

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
13   09   2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	8		

indicação assinada pelo Líder do Governo com três Deputados de oposição, mas isso mostra que esta Casa está acima das questões políticas, quando o assunto envolve a defesa dos moradores.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Deputado Agaciel Maia, eu acho que essa briga por conta dessas derrubadas de muro e guarita já vem, nesta Casa, desde 2015. Então, isso não é só uma questão de V.Exa., que é Liderança do Governo, ou da Oposição, mas de todos os 24 Deputados. Nós todos estamos brigando por isso.

Eu acho que cada um tem um segmento aqui. Nós trabalhamos em lugares diferentes. Assim, acho que para isso os 24 Deputados têm que compor, para poder pegar e fazer. A gente vem brigando há muito tempo por conta disso, esta Casa vem brigando por isso.

A questão tem que ser trabalhada com os 24 Deputados. Todos devem assinar. Apesar de eu ser Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, eu acho que todo mundo aqui tem um eleitorado que mora nessas áreas. Então, a isso, têm que atender os 24 Deputados. Essa é minha opinião.

Muito obrigada pelo aparte.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu vou solicitar tanto ao meu gabinete como ao do Deputado Raimundo Ribeiro, da Deputada Celina Leão e do Deputado Wellington Luiz que passem o texto da indicação aos demais Deputados. Quanto mais Deputados na unidade da Casa, melhor ainda.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, primeiro, quero agradecer o aparte concedido. Segundo, quero parabenizá-lo porque V.Exa. toca num ponto que aflige mais de 1 milhão de pessoas que vivem em condomínios no Distrito Federal há bastante tempo.

A história dos condomínios, aqui, todo mundo conhece e sabe como é que eles foram se formando. A ausência de uma política habitacional para a classe média terminou vicejando todo esse tipo de coisa. Houve a atitude, muitas vezes omissa, de órgãos de controle que sabiam da publicação de oferta de lotes em condomínios que eram tidos, na época, como irregulares; e nenhuma providência foi adotada.

Em especial, com essa indicação, nós estamos buscando corrigir um erro histórico que foi cometido lá em 2014, quando o Governo do Distrito Federal, à época, reconheceu uma empresa que não tem qualquer vínculo com o Distrito Federal como proprietária de toda uma área que já era ocupada de modo manso e pacífico. De repente, essa empresa começa a vender lotes e começa a ter

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13	09	2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	
				9	

facilidades, Deputado Agaciel Maia, inclusive de acesso ao poder público. O que a gente vê são funcionários que eram do governo e que daqui a pouco se aposentam e vão trabalhar nessa empresa. Olhe bem essa situação.

Quando esteve lá – assim como a Deputada Luzia de Paula, que também esteve no bairro do Grande Colorado, a Deputada Celina Leão e, a mim parece, que outros Parlamentares também –, V.Exa. assumiu esse compromisso com os moradores. Eles me informaram isso. Eu fico muito à vontade para falar porque moro lá. Eles, inclusive, informaram que V.Exa. tinha assumido esse compromisso. V.Exa. tem uma condição muito melhor porque, como tem interlocução diária com o próprio governo, então tem condição, como teve, de pedir ao governo que sustasse os efeitos desse decreto, para que a gente pudesse, a partir daí, começar a ouvir os moradores, que são os principais beneficiários e interessados.

Então, meu aparte é apenas para parabenizar V.Exa. pela iniciativa e dizer que a sua atitude me faz sentir muito honrado em estar nesta Casa junto com V.Exa. para que possamos realmente contribuir de alguma forma. Nesse caso, a gente contribui ajudando a corrigir um erro que foi cometido lá no passado. Suponho até que tenha sido um erro cometido sem nenhum dolo, pois muitas vezes as coisas vão acontecendo e o governo nem sempre tem oportunidade de ouvir todos. Mas, de qualquer maneira, é um erro que precisava ser corrigido.

Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Apenas para concluir, eu quero reafirmar – foi dito na presença do Governador, do Secretário da área – que nós não aceitaremos em hipótese nenhuma – e eu, como líder do governo, muito menos – que servidores, que estão lá para defender a população, fiquem do lado dos interesses que não são da população. V.Exa. mora lá e tem essa responsabilidade. Toda e qualquer ação provocada por pessoas, sejam do governo ou de fora do governo, que ameace as condições dos moradores, nós estaremos aqui, Deputado Raimundo Ribeiro, para denunciar, independentemente da cor partidária, da posição de liderança ou não na qual a gente se encontre. Eu acho que nossa grande responsabilidade, Deputados, é exatamente fazer a defesa da população, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Se assim não o fizermos, perderemos exatamente a legitimidade do nosso mandato.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Telma Rufino.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Peço para incluir como extrapauta o Projeto de Resolução nº 36, de 2016, de nossa autoria, que denomina Lindberg Aziz Cury o auditório do edifício-sede da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Já tem, inclusive, acordo de líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Então, será acatado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
13   09   2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	10		

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tive oportunidade de participar no dia de hoje de uma importante audiência pública no Senado Federal, no plenário da Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Está tramitando naquela casa um projeto fundamental para a segurança privada no Brasil e para os vigilantes brasileiros. É o projeto que trata do Estatuto da Segurança Privada. Esse projeto vai colocar milhares de trabalhadores da segurança na legalidade, abrindo um número muito grande de empregos legais no âmbito da segurança privada.

Estivemos lá eu, o companheiro Boaventura e outros sindicalistas da Confederação Nacional dos Vigilantes. Estava a confederação nacional dos bancários, da CUT. Estavam os representantes das empresas de segurança, da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos, a Polícia Federal. Também houve a participação do Deputado Wellington Roberto, que foi Senador da República pelo Estado da Paraíba. Wellington Roberto, que é do PR, está fazendo uma excelente parceria conosco, Deputado Agaciel Maia. Ele foi relator desse projeto na Câmara dos Deputados. O projeto foi para o Senado, e ele nos está ajudando na tramitação no Senado Federal. O relator do projeto no Senado Federal é o Senador Vicentinho Alves, que é do PR de Tocantins.

Portanto, nós avançamos. Tenho certeza de que vamos chegar a uma conclusão definitiva e vamos fazer com que esse projeto seja aprovado. Há empenho tanto do Deputado Wellington Roberto, como do Deputado Vicentinho Alves, do Senador Paulo Paim e outros Senadores para que a gente vote logo. Há também, Deputado Agaciel Maia, o esforço desses Deputados e Senadores para que o projeto de lei seja sancionado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, quero parabenizar V.Exa., e também quero me colocar à disposição. Eu tenho grande amizade com o Senador Vicentinho, que é de Tocantins, é do meu partido e já esteve, inclusive, em meu gabinete aqui na Câmara Legislativa. Deputado Chico Vigilante, se V.Exa. quiser ir lá para a gente discutir, se houver necessidade, é lógico, eu terei o maior prazer de fazer uma visita, tomar um café com ele e explicar a importância desse projeto defendido por V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Deputado Agaciel Maia, o apoio de V.Exa. é muito importante e, eu diria, fundamental. Iremos, sim, ao gabinete do Senador Vicentinho, eu com V.Exa. S.Exa. tem a disposição real de chegar a um entendimento e produzir o melhor dos relatórios. Nós vamos aprovar esse projeto, porque ele é muito importante para toda a segurança privada no Brasil.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13	09	2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	
				11	

Nós vamos colocar o pessoal de escolta armada, o pessoal de monitoramento eletrônico, o pessoal de eventos, de grandes eventos esportivos, tudo dentro da legalidade, além da questão de transporte de valores. Também há uma nova disciplina para esse setor. Portanto, eu saí bastante animado, e tenho certeza de que nós iremos aprovar esse projeto.

Dito isso, eu quero abordar um segundo ponto nesta tarde de hoje, falando pela Liderança do Partido dos Trabalhadores no tempo cedido pelo Deputado Ricardo Vale, que é nosso Líder. Venho falar da minha preocupação com o Brasil, Deputado Agaciel Maia. Nós estamos acompanhando a paralização completa deste País. Na verdade, existe um esforço muito grande dos especuladores deste País e de fora, do capital especulativo internacional, que vem aqui, investe na Bolsa de Valores, não gera um emprego, mas leva a renda lá para fora. Isso faz com que os analistas econômicos – no meu ponto de vista, são lobistas a serviço de alguém –, digam que a economia está melhorando.

Eu pergunto: melhorando para quem? Não se gera um emprego novo! Esses mesmos analistas, Deputado Agaciel Maia – V.Exa. é economista – dizem que está se gerando emprego na informalidade. Que diabos é isso? Onde já se viu gerar emprego na informalidade? Na verdade, o que está acontecendo é a queda do emprego formal – isso já estava previsto –, jogando as pessoas na informalidade. Informalidade não é emprego, mal chega a ser uma ocupação. Pessoas que antes tiveram emprego formal agora estão nos cruzamentos das grandes cidades, vendendo água, vendendo qualquer tipo de bugiganga.

Isso aqui está muito parecido com uma situação que eu vi no Peru, na época do Fujimori, quando o Peru mergulhou em uma crise profunda. Você chegava nos cruzamentos – estive lá fazendo uma visita oficial –, e tinha camelô vendendo até geladeira, televisão no semáforo. Aqui está quase chegando a esse ponto.

Além da pobre e sofrida dona de casa, que, muitas vezes, pega os últimos cruzeiros que tem – ainda estou falando da época do cruzeiro, porque a crise agora está maior até do que a da época do cruzeiro – e vai para o semáforo vender umas garrafinhas de água. Muitas vezes, a Agefis ainda vem e toma, e ela fica realmente no desespero.

Portanto, é preciso que a sociedade acorde efetivamente para essa situação que o Brasil está vivendo. E ainda têm o cinismo de, toda hora, repetirem que, para se gerar emprego, temos que fazer a Reforma da Previdência. Eu pergunto: quem disse que a Reforma da Previdência vai gerar emprego? Houve a Reforma Trabalhista, e disseram que era para gerar emprego. Precarizaram os empregos que já existiam. E agora querem fazer a Reforma da Previdência, que, na verdade, é para a maioria das pessoas morrerem sem se aposentarem, porque, nessa reforma que está prevista, você tem uma única escolha: ou trabalha até morrer sem se aposentar ou morre trabalhando sem se aposentar também. É isso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
13   09   2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	12		

Portanto, é fundamental que continuemos alertando o Brasil, especialmente os trabalhadores e os servidores públicos, que também são trabalhadores, sobre o engodo, a imoralidade e a falácia dessa Reforma da Previdência, que não merece prosperar efetivamente para o nosso País. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero ser breve nas minhas palavras. Eu não poderia deixar de me manifestar em relação ao papelão que os dirigentes do Sindicato dos Professores fizeram com relação aos Deputados. Mesmo antes de saberem quais eram as suas preferências de voto, eles já estavam detonando nas ruas, através de cartazes, aqueles Deputados que eles achavam que eram contra.

Eu liguei para a direção do sindicato, conversei com uma das diretoras, e ela tentou se justificar dizendo que tudo que eles fizeram foi dentro da lei, dentro da legalidade, que tinham como objetivo apenas pressionar os Deputados. Mas, para pressionar os Deputados, faz-se necessário fazer esse tipo de coisa? Pelo que eu sei, nós estamos numa democracia, em que existe o amplo debate, o amplo entendimento. A partir do momento em que a pessoa pede o voto do Deputado já com uma faca no pescoço, isso não é pedir voto, isso é uma imposição.

Aqui quero deixar bem claro que, da mesma forma que os dirigentes dos sindicatos têm o seu ponto de vista sobre o Projeto de Lei nº 122, eu também tenho o meu ponto de vista. Na visão deles, esse projeto de lei referente à reforma da previdência aqui no Distrito Federal vai contra os interesses dos dirigentes dos sindicatos. Na minha visão, ele vai ao encontro dos interesses da população, dos servidores públicos, porque, na hora em que faltarem recursos financeiros para se poder comprar comida, pagar a prestação do carro, da casa, não vão ser os dirigentes dos sindicatos que vão lá honrar os compromissos dos servidores.

Como todos nós sabemos, estamos passando por uma crise ferrenha em nível nacional e em nível distrital. Para se sair dessa crise, faz-se necessário esforço conjunto de ambas as partes. Todos, de alguma forma, têm que dar as mãos para saírem dessa crise.

O que eu vejo é que os dirigentes dos sindicatos exigem muitos direitos, mas poucos deveres. Na minha visão, a preocupação deles para que não seja aprovado esse projeto de lei é que, se for aprovado, o salário dos servidores vai estar em dia – porque o governo, de alguma forma, vai estar superando essa crise, pelo menos nesse período –, e eles não vão ter discurso para irem para as ruas dizerem que os salários estão atrasados, dizerem que o governo não está honrando o salário dos servidores, fazerem cobranças e mais cobranças nesse sentido. Uma vez sendo aprovado, também vai-se tirar deles o discurso político que sabemos que esses líderes têm.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13	09	2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	
				13	

Então, na minha concepção, eles estão errados e equivocados quando tentam confundir a opinião pública diante de um projeto, diante dos interesses da coletividade, quando, na verdade, eles passam para a população a ideia de que nós estamos errados por tentarmos ajudar os próprios servidores a terem os seus salários em dia e que, se não for da vontade deles, se não votarmos de acordo com o que eles querem, nós estamos errados.

Respeito todos os servidores. Tanto eu quanto os demais Deputados aqui nesta Casa, desde o início desta legislatura, temos votado projetos do Executivo de interesse do servidor público. Foi esta Casa que ajudou a solucionar vários problemas dessa natureza. Mas, infelizmente, esses dirigentes de sindicatos não têm condições de fazer panfletos ou até mesmo cartazes com a foto dos Deputados ou até mesmo contratar *outdoors* com a foto dos Deputados, para divulgarem alguma coisa que foi boa, que os Deputados fizeram de bom para eles. No entanto, eles têm dinheiro suficiente para poderem botar a foto de um Deputado quando ele, por sua vez, pensa diferente da visão desses dirigentes de sindicatos. Então, há uma incoerência muito grande.

A meu ver, a atitude do Sindicato dos Professores... Aqui quero deixar algo bem claro. Quero separar aqui os sindicalistas, os associados aos sindicatos – que são uma coisa –, da direção dos sindicatos. Eu estou me dirigindo não à instituição SINPRO – Sindicato dos Professores no Distrito Federal, mas aos dirigentes, que, por questões políticas, tentam confundir a opinião pública. Deixo isso bem claro.

E eu pergunto: com que interesse, se não for interesse eleitoreiro, político? Isso deixa claro que eles, esses dirigentes, já estão antecipando as eleições de 2018 e não estão nem preocupados com a população.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO LIRA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Eu quero parabenizar V.Exa. Nós estivemos juntos nos cartazes, em São Sebastião. É lamentável. Se fosse naqueles postes de cimento, apropriados para os cartazes... Aí vem outro e bota em cima... É lamentável que tenha sido nas paradas de ônibus, algumas, inclusive, com obras de arte pintadas. Isso é que lamento.

É lamentável também a utilização de alguns garotos menores de idade, de madrugada, que, em vez de estarem em casa, estavam recebendo cem reais para fazer esse tipo de trabalho na madrugada. Alguns conhecidamente já infratores. É lamentável essa posição.

Acho que houve crítica, inclusive, de Deputados ligados aos sindicatos. Não era preciso esse radicalismo. Colocou-se uma situação... A Câmara, inclusive, colocou Deputados que nem tinham se posicionado a respeito. Acho que foi uma operação desastrosa do Sinpro, que não contribuiu em nada para a construção de uma solução para o problema dos servidores. O sindicato está aí exatamente para fazer uma luta pela melhoria da qualidade de vida, através de conquistas, sejam salariais

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13	09	2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	
				14	

ou outras, dos servidores. Digo isso porque sou servidor público e sou fundador do SINDILEGIS – Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de Contas da União.

Tempos atrás, até que esse tipo de operação surtia efeito; hoje, surte efeito contrário, Deputado Lira. O que o Sinpro fez foi quase colocar a unanimidade desta Casa contrária a eles, o que dificulta muito o relacionamento deles com o Poder Legislativo.

Acho que todo erro é passível de correção. Não sei se o radicalismo de alguns diretores... Há uns que até são sensatos, que fazem parte do sindicato, são diretores mais sensatos, mas há diretores mais radicais.

Eu espero que haja uma retratação até mesmo para criar condições de diálogo entre um sindicato tão importante, que é o Sindicato dos Professores, com esta Casa, porque o que foi feito foi uma agressão, na calada da noite, sem critério nenhum.

Muitos Deputados que compactuam com a tese deles... Também foram distribuídos cartazes. Então, foi um erro do Sinpro. Eu acredito que as pessoas que estão lá na Diretoria do Sinpro, as que têm bom senso, devem rever essa posição, sob pena de ficar um rótulo de difícil superação dentro desta Casa Legislativa, dada a agressão que foi feita.

Portanto, eu parablenizo V.Exa. pela posição. Foi chato. É como se estivessem coagindo, e nós sabemos que essa coisa de coagir, de pressionar dessa maneira não funciona, pelo contrário, funciona ao contrário.

DEPUTADO LIRA – Agradeço o aparte do Deputado Agaciel Maia. Só para complementar a minha fala, é lamentável o que os dirigentes do Sindicato dos Professores fizeram em relação a isso.

Se eu estivesse em cima do muro, ou até mesmo para poder votar de um lado ou do outro, porque, até então, eu não tinha me manifestado oficialmente... Com essa posição, com esse papelão dos dirigentes do Sinpro, se eu estava em cima do muro, se eu tinha dúvidas em relação a votar, isso só me reforçou a ideia de votar a favor do projeto.

Aqui, claramente, publicamente, falo que sou a favor, sim, de votarmos esse projeto, porque sei que isso vai solucionar grande parte dos problemas do DF, neste momento de crise, de problemas, de tudo o mais. Eu tenho certeza de que tudo será ajustado no decorrer do tempo, mas, neste momento, se faz necessária a votação desse projeto.

Só para me antecipar aqui em relação ao que os dirigentes do Sinpro fizeram, digo que, além de eu ter ficado chateado, a posição deles só me reforçou a ideia de votar a favor do projeto. Eu diria que eles deram um tiro no pé, porque quem estava na dúvida acabou optando por votar a favor, esse foi o meu caso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13	09	2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	
				15	

Então, nesse caso, deixo claro que não estou contra os servidores públicos, muito pelo contrário, estou aqui para ajudar. Mas estou contra a direção do Sinpro – DF, porque, a meu ver, foi irresponsável a atitude dele. Eles foram politiqueiros e incoerentes.

Deixo bem claro que não estou aqui falando da instituição Sindicato dos Professores, estou falando dos dirigentes. Tenho um respeito muito grande por todos os sindicatos, mas não posso concordar com a atitude politiqueira da atual direção do Sinpro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho nesta tarde ocupar a tribuna para falar de dois temas. O primeiro é a respeito, Deputado Wasny de Roure, de um assunto que me incomodou profundamente esta semana e que já foi até falado aqui nesta tribuna: a exposição Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira – não sei se V.Exa. ficou sabendo, Deputada Luzia de Paula –, promovida pelo Santander Cultural, na Cidade Porto Alegre. Ao todo, eram 270 obras que promoviam a pedofilia, a pornografia, a zoofilia, ultraje à fé cristã e diversas outras afrontas à população.

Não se trata de uma intolerância religiosa ou qualquer outra nomenclatura que possam querer titular, mas estamos falando de um problema sério, que envolve as nossas crianças e, principalmente, a família.

Quero lembrar a todos que, somente no ano de 2017, de janeiro a junho, de acordo com os dados da Secretaria de Direitos Humanos, colhidos por meio do Disque 100, foram registrados 213 casos de abuso e exploração sexual infantil só no Distrito Federal. São 9.138 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, em todo o País, no mesmo período. São dados alarmantes, e vemos que a rede de proteção da criança e do adolescente precisa com urgência ser fortalecida. Não podemos aceitar que o nosso País venha a ser palco de uma prática tão cruel, desumana e perversa. É um absurdo aceitarmos que uma exposição que se diz artística venha utilizar as crianças como objetos para a promoção de pornografia e pedofilia.

Hoje, quando eu estava gravando uma propaganda eleitoral, mostraram-me algumas fotos, e fiquei horrorizado com tamanha atrocidade. O pior, Deputado Wasny de Roure, é que estão dizendo que a mostra iria para outras cidades, podendo até mesmo chegar a Brasília. Mas, graças a Deus, a repercussão foi tão grande, que o Santander teve que recolher todas as quadros e houve até uma perda de clientes. Enfim, resultado da má escolha que ele realmente fez. Essa era uma das coisas que eu gostaria de falar.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13	09	2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	
				16	

A segunda, Deputado Agaciel Maia, é que estive ontem em Planaltina e, para mim, foi uma felicidade muito grande ver o Centro Olímpico de Planaltina já prontinho para ser entregue neste domingo. Eu que, na outra gestão, fui Secretário de Esporte, junto com o outro governo inauguramos onze centros olímpicos. E vi ali, Deputado Wasny de Roure, a alegria de quando um centro olímpico é aberto. São atendidas, em média, quase 3 mil pessoas entre jovens e adolescentes.

Era um problema em Planaltina, porque a obra tinha iniciado na época do Arruda ainda, e o Arruda não teve condições de entregar. Não sei quais foram os motivos, não estou aqui para julgar. Na gestão do Agnelo também não foi possível entregar aquele centro olímpico. Nós conseguimos entregar o do Setor O, da Estrutural, que estava lá parado, Brazlândia. Mas pelo de Planaltina já fazia quase dez anos que a população clamava.

Quero aqui agradecer à Secretária de Esporte do DF, Leila Barros, que sempre, com a nossa orientação, esteve lá em prol de resolver esse problema.

E precisamos enaltecer o Governo do Distrito Federal, que acreditou nesse projeto e colocou a Novacap, através do Júlio Menegotto, para terminar aquela obra. Veio o aporte de algumas emendas desta Casa, esta Casa ajudou, mas não posso deixar de enaltecer o trabalho da Secretária Leila que, com todo o carinho, muitas vezes deixou de fazer muitas coisas para estar lá, acompanhando as obras. Eu estive lá. Com certeza, neste domingo será uma grande festa que realizaremos na inauguração do Centro Olímpico de Planaltina. Aproximadamente serão 3 mil pessoas beneficiadas.

Quero parabenizar o administrador da cidade, Salgueiro, que também está dando todo o apoio e agradecer ao Deputado Agaciel Maia, que sempre lutou para que isso realmente pudesse acontecer. E para mim é uma alegria muito grande.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JULIO CESAR – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Julio Cesar, eu quero parabenizar V.Exa. por trazer esse assunto que dá uma grande alegria para a cidade de Planaltina, não só pela questão da vila olímpica. Passaram-se dez anos com ela fechada, pois era só uma promessa. Ninguém acreditava que ela fosse concluída.

Também é importante destacar que não é só a vila. Tem um módulo esportivo, um ginásio de padrão internacional. E como a nossa cidade de Planaltina tem uma grande vocação para o esporte – de lá saíram o Lúcio, grande campeão do mundo, o Dimba, que fez tanto sucesso em vários clubes brasileiros –, lá nós temos uma atividade esportiva muito forte. V.Exa. foi Secretário de Esporte e conhece muito bem.

A cidade de Planaltina vai ter um espaço, com essa inauguração domingo – e estaremos lá juntos –, um espaço que enobrece a cidade, que engrandece a cidade

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13	09	2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	
				17	

de Planaltina. Eu, V.Exa. e tantos outros Deputados trabalhamos exatamente para engrandecer a cidade de Planaltina. Essa é a nossa função.

Muitos trabalhos estão sendo feitos em Planaltina. Agora estamos concluindo uma ciclovia de 4 quilômetros, serão 36. E tantas obras estão sendo feitas lá, como a Casa da Cultura, que está sendo concluída, a reforma da estação rodoviária, o calçadão, que antes era um lixão lá em Arapoangas e agora é um negócio que dá orgulho à cidade. Então, podemos enumerar. Está sendo concluída, também, a delegacia de polícia, que tantos anos ficou como escombros, abandonada.

Nós estamos trabalhando forte e V.Exa. tem uma importância muito grande dentro desse processo, é um Deputado reconhecido na cidade. Eu fico orgulhoso de fazer essa parceria com V.Exa., porque o povo de Planaltina está a cada dia mais feliz com as obras, com o engrandecimento da cidade. Engrandecendo a cidade, valoriza-se a autoestima dos moradores, valorizam-se os seus lotes, as suas casas. Esta é a grande função que o Deputado tem, a de lutar por melhoria junto ao governo para que a cidade se sinta bem.

A inauguração, domingo, da vila olímpica de Planaltina vai ser uma grande festa na cidade. A população vai saber reconhecer o trabalho que V.Exa. tem feito em prol daquela cidade.

Eu, como Deputado e padrinho político, fico muito orgulhoso da sua parceria.

DEPUTADO JULIO CESAR – Eu que agradeço, Deputado Agaciel Maia. Inclusive, Deputado, lá nós já vamos ter a piscina aquecida. A gente vê os outros onze centros olímpicos com o problema das piscinas. Graças à ajuda aqui de alguns Deputados, estamos aquecendo as piscinas. Em Planaltina já vamos ter uma piscina aquecida.

Fico feliz porque realmente, eu que já fui do outro governo e estou agora neste, nunca havia visto tantas obras sendo realizadas em Planaltina. Também graças a sua competência, à luta que V.Exa. tem por aquela cidade. Temos visto em Samambaia também muitas coisas acontecerem, tal como no Riacho Fundo. A gente frequentemente ouve muitas críticas do governo, mas ele também está realizando muitas coisas boas em meio à dificuldade, em meio às lutas que a gente vem passando. Estamos vendo melhorias acontecendo no Distrito Federal e sou testemunha disso.

Fica aqui o convite a todos os Deputados, aos moradores daquela cidade, para uma grande festa que será realizada neste domingo, a partir das 8h da manhã.

Sra. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13	09	2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	
				18	

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Servidores, imprensa presente, colegas Parlamentares.

Eu quero trazer aqui algumas rápidas reflexões sobre o processo que está ocorrendo no Recanto das Emas, em Ceilândia e em Taguatinga na aplicação da Lei nº 866, de 2014. Alguns dos Deputados que hoje estão aqui foram protagonistas desse debate na legislatura anterior. Trata-se de um processo de regularização proveniente de algumas iniciativas que cabem tanto ao Poder Legislativo quanto ao Poder Executivo.

Nós estamos na 406 de Samambaia com uma ocupação histórica em torno de 194 famílias. Já estão em fase de credenciamento para serem acomodados cerca de 30 famílias ali no próprio local e as demais em outras localidades próximas ao Recanto das Emas e dentro do próprio Recanto das Emas. Paralelamente a isso, ainda tínhamos lá na QNJ 49 aproximadamente 25 famílias para serem assentadas.

Aquela região, utilizando áreas públicas que não tinham sido parceladas ao longo dos anos, veio sendo ocupada por algumas famílias e, a partir de medidas que possibilitaram a transferência da adutora da Caesb, está se viabilizando o assentamento dessas famílias naquela localidade. Isso é também fruto de um processo que contém a Lei nº 866, tornada lei em 2014, e o atual governo está honrando os compromissos que o Estado formulou naquela localidade.

Outra localidade é um pouco diferente. Na QNP 15/19, no P Norte, que é a ampliação dos imóveis. Para se ter ideia, o projeto original não fez ocupação da terra e, conseqüentemente, as pranchas de terra disponibilizadas permitiram que, ao longo dos anos, essas unidades imobiliárias pudessem ter sido ampliadas, mas não legalizadas. O governo está, através da reformulação do projeto urbanístico, acolhendo essa reestruturação do imóvel, que significa alteração do registro do imóvel, para que, então, possa ser lavrada uma nova escritura. Também consta dessa lei.

Naturalmente, haverá despesa. É importante destacar que a ampliação de um lote desses, em alguns casos, chega a 140 metros quadrados. Numa região bastante populosa como o P Norte, é praticamente outro lote. Entretanto, nas condições colocadas, não se permite a outra família ocupar porque esse terreno foi ocupado ao longo dos anos.

Portanto, eu quero assim cumprimentar a Codhab por esse trabalho que está sendo feito, tendo em vista a expectativa da população em construir o Estado de Direito e um estado que dê a ela condições de viver dentro da legalidade.

Eu quero ainda destacar que nós estamos aguardando com expectativa semelhante a questão do Park Sul, onde o governo remanejou um grupo de aproximadamente 65 famílias, nesses que estão há 20 anos e não estão dentro do Parque Ezequias Heringer, um parque extremamente importante para a cidade do

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13	09	2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	
				19	

Guará, pois ocupa boa parte daquela área lindeira do SIA, um parque que tem um papel extraordinário na qualidade de vida da população da região.

Quero aqui cumprimentar o Deputado Delmasso, que também tem tentado ajudar a encontrar soluções para aquele problema.

As famílias saíram de lá, estão com o aluguel social, mas há um compromisso firmado com o governo para reacomodá-las em um local adequado. São algumas com vinte anos de moradia no local e que, em alguns casos, foram retiradas de maneira bastante violenta. Era absolutamente desnecessário. O governo precisa entender que a população, pelo diálogo, entende; e é melhor do que retirar na base da violência, pois vão procurar outro local. É o que tem acontecido. Em muitas retiradas que o governo tem feito, a população migra para outras localidades. É o caso, por exemplo, hoje, da expansão de Samambaia, recentemente visitada por nós e uma equipe da Codhab, que tinha aproximadamente duzentas famílias e hoje ultrapassa setecentas. A Expansão de Samambaia precisa de uma atenção urgente do governo, com medidas que venham mitigar, que venham encontrar saída para a comunidade.

Portanto, eu faço esse apelo à Segeth, à Codhab, porque aquela população precisa de uma atenção extremamente rápida, célere, pelas precárias condições sanitárias a que está submetida. São extremamente graves as condições sanitárias. A Vigilância Sanitária, a equipe que o governo tem necessita visitar e apresentar os laudos, a cidade merece respeito. Portanto, faço um apelo aqui à Vigilância Sanitária, dada a possibilidade de contaminação. Estamos às vésperas do início da chuva e da retomada da dengue, e é necessário o quanto antes um trabalho que possa fazer a profilaxia naquela localidade para evitar aprofundar a gravidade do problema.

Eu falei aqui, Deputada Telma Rufino, da Quadra nº 406, que V.Exa. conhece. Eu visitei a delegacia do Recanto das Emas, porque precisa ser acompanhado. Não serão todas as famílias credenciadas, há algumas pessoas que já foram no passado contempladas, mas o governo precisa tomar medidas que venha a evitar... Nessa localidade, Deputada Telma Rufino, o tráfico é intenso. Não é qualquer pessoa que entra nessa comunidade. Eu entro pelo respeito que a comunidade tem por mim. É um trabalho já histórico que a gente faz ali dentro. Eu estou dizendo isso porque sei que o Administrador do Recanto das Emas, o Paulo, é um profissional altamente qualificado, que tem sensibilidade, e será necessária a atenção dele. Naturalmente, a boa semente vai dar o retorno, tanto na qualidade de vida para a população, como também para os Parlamentares que atuam nessas regiões que estão extremamente carentes de apoio.

Eu sei, Deputada Telma Rufino, que V.Exa. é uma pessoa bastante sensível, porque veio dessa caminhada da área habitacional e sabe o quanto ela é importante. Quem lidera aquela comunidade é a Bia, uma catadora, uma mulher batalhadora. V.Exa. pode ter absoluto conforto e tranquilidade de que o Paulo e a equipe da administração serão muito bem recebidos naquela comunidade para poderem ajudar na reacomodação deles nas localidades que a CODHAB – Companhia de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13	09	2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	
				20	

Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal deverá disponibilizar nesse processo. Eu quero pedir a colaboração de V.Exa. neste momento, porque isso vai trazer um equacionamento para aquela comunidade.

Por último, eu quero aqui também registrar, Deputada Telma Rufino, aproveitando este momento para citar o seu nome explicitamente, porque V.Exa. hoje está acompanhando o que ocorre ali no Recanto das Emas... Eu quero anunciar a V.Exa. um trabalho nessa mesma área, só que agora na 407, onde há moradias de quatro famílias há aproximadamente quinze anos. Utilizando essa disponibilidade de terras no passado – em que não foram completados os processos de parcelamento e assentamento –, preservando ainda assim o beco, acomodaram ali quatro famílias.

Eu levei à Codhab o problema, por escrito, para não ser uma coisa meramente informal. Recentemente, na última visita que fiz à Codhab, eu citei a necessidade da recepção da documentação para que aqueles moradores possam também construir a perspectiva da regularização dos seus imóveis. Eu deixo essas colocações aqui. Julgo ser extremamente importante trazê-las para que esta Casa acompanhe.

Eu quero encerrar minha palavra, Deputada Telma Rufino, e Deputado Agaciel Maia, Líder do Governo, falando com relação à Lei de Uso e Ocupação do Solo. Tanto o PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília quanto a LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo... A Deputada Luzia de Paula e o Deputado Agaciel Maia se lembram perfeitamente disto, eram Deputados e estavam nesta Casa quando a Câmara resolveu – os Líderes, a Mesa Diretora – não votar a matéria. Era um encerramento bastante tumultuado do governo, com falta de recursos para fazer o enfrentamento às dívidas, um clima bastante hostil. Achamos por bem não votar duas proposições dessa relevância em face de um novo projeto que havia logrado êxito no Distrito Federal.

Eu quero fazer esse apelo à equipe da SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação e ao Governo do Distrito Federal como um todo, pela relevância que tem a LUOS para Brasília. Nós vivemos uma situação de precarização do empoderamento das autoridades. Não é apenas no Plano Piloto. A gente sabe que cidades como Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Gama, Planaltina, Sobradinho têm se tornado cidades extremamente importantes. Na medida em que não há uma lei de uso e ocupação do solo, a questão vai se tornando anárquica, desorganizada, ficando protelatória.

Querendo ou não, esta Casa tem responsabilidade, porque foi uma opção dela não votar naquela ocasião – já era o segundo semestre de 2014 –, em face de um conjunto de emendas que exigiria estudos mais aprofundados antes simplesmente de dar um voto que pudesse depois comprometer o texto final da lei e trazer questionamento por parte do Ministério Público.

Portanto, eu deixo essas colocações. Agradeço a oportunidade, Deputada Telma Rufino. Muito obrigado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
13   09   2017	15h00	80ª Sessão Ordinária	21		

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, apenas quero elogiar o Deputado Wasny de Roure pelas colocações. Eu acho que a LUOS é muito importante. Eu até discuti com S.Exa. a necessidade de que, além da elaboração pela Secretaria de Estado do Governo, o ideal seria haver um anteprojeto que os Deputados pudessem examinar, debater, para sugerir, fazer as críticas, para que houvesse um aperfeiçoamento do texto como anteprojeto distribuído aos Deputados. Depois voltariam as sugestões ao Executivo para que, quando enviasse o projeto definitivo, viesse mais ou menos aperfeiçoado. Nós sabemos que há uma grande dificuldade de interpretação sobre as emendas de Deputados a esse projeto sobre a questão de vício de origem. Se as sugestões dos Deputados forem acolhidas e o texto vier mais ou menos consensuado, ficaria muito mais célere a tramitação aqui.

Portanto, eu fiz questão, mesmo tendo uma reunião, de ficar aqui para ouvir o Deputado Wasny de Roure sobre esse assunto, que S.Exa. conhece bastante. Nós temos também a Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários que preside esta sessão neste momento. Por isso, em respeito, eu queria fazer exatamente essa colocação e dizer que estou deixando como sugestão que, antes de mandar um projeto que possa vir com muitos defeitos – é natural em um processo com a grandiosidade que tem esse –, envie um anteprojeto distribuído aos Deputados para colher sugestões.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Nós já fizemos esse pedido ao Secretário da SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação –, Sr. Thiago de Andrade. Isso ficou lá dois anos, não é, Deputado Wasny de Roure? Se o projeto vai retornar à Casa, tem que realmente mandar antes para poder ser analisado pelos Deputados.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h43min.)